



TIMBAÚBA S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018



TIMBAÚBA S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Timbaúba S.A.
Petrolina – PE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Timbaúba S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Timbaúba S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Em razão de não estarmos presentes durante a contagem física dos Estoques, não foi possível nos certificarmos do saldo registrado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2019 por meio da aplicação de outros procedimentos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

- i. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, aproximadamente 65% dos valores a receber de clientes correspondem a transações relevantes com partes relacionadas. A administração da Companhia não espera perdas relevantes relacionadas a esses valores. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.





- ii. A Companhia reconheceu contabilmente tributos a compensar sobre prejuízos fiscais, no montante de R\$32.656, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. Apesar de não haver movimentação do saldo nos últimos exercícios, a Administração da Companhia espera realizar o montante envolvido por meio de resultados futuros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentado para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós auditados, cujo relatório, emitido em 30 de maio de 2019, apresentou ressalvas dos seguintes assuntos: (a) não pudemos avaliar as transações da Companhia junto a uma determinada instituição financeira por não termos recebido resposta à carta de circularização enviada a mesma; (b) não recebemos estudo com indicativo de realização futura dos tributos a compensar sobre prejuízo fiscal, no montante de R\$32.656 mil; (c) não recebemos documentação suporte para o montante de R\$37.900 mil, que faz parte da rubrica “empréstimos e financiamentos”; e (d) não pudemos avaliar adequação da realização do ajuste de avaliação patrimonial, no montante de R\$7.414 mil, por não termos recebido a memória de cálculo e documentação suporte.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 19 de março de 2022.



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

CRC-RJ-2026-O

Marcelo Galvão Guerra
Contador - CRC-RJ-087079/O-3

Eliel Torres da Mota
Contador - CRC-PE-025592/O-0

Rio de Janeiro - RJ - Av. Graça Aranha, 416/11º andar – CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 | Fax: 55 21 2261-6806 | rj@bkr-lobesmachado.com.br

Filiais e empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lobesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lobesmachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 | Fax: 55 81 3325-6041 | recife@bkr-lobesmachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 – Cel: 55 21 99130-7919 | novosnegocios@bkr-lobesmachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - New York - NY - EUA - Tel: (1) (212) 964-2115 - Fax: (1) (212) 964-2133 - Contato: bkr@bkr.com





TIMBAÚBA S.A.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.156	1.868	Fornecedores	13	16.692	17.390
Contas a receber de clientes	8	90.836	67.503	Empréstimos e financiamentos	14	2.160	368.305
Estoques	9	66.513	59.975	Obrigações sociais e trabalhistas	15	3.773	5.137
Tributos a recuperar	10	34.462	40.431	Obrigações fiscais	16	3.584	17.837
Adiantamentos a fornecedores		4.836	4.090	Adiantamentos de clientes	17	23.176	6.152
Operações com empresas ligadas	11	67.347	31.591	Obrigações com empresas ligadas	11	-	5.432
Outras contas a receber		2.243	3.692			49.385	420.253
		<u>269.393</u>	<u>209.150</u>				
Não circulante				Não circulante			
Investimentos		684	684	Empréstimos e financiamentos	14	152.921	1.095
Imobilizado	12	292.475	281.815	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	41.680
		<u>293.159</u>	<u>282.499</u>			152.921	42.775
				Patrimônio líquido	18		
				Capital social		454.318	92.045
				Reserva de incentivos fiscais		2.215	2.215
				Ajuste de avaliação patrimonial		102.754	107.442
				Prejuízos acumulados		(199.041)	(173.081)
						<u>360.246</u>	<u>28.621</u>
Total do Ativo		<u>562.552</u>	<u>491.649</u>	Total do Passivo e do Patrimônio líquido		<u>562.552</u>	<u>491.649</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



TIMBAÚBA S.A.

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo do exercício por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita líquida de vendas		66.269	93.723
Custo dos produtos vendidos		(43.381)	(63.386)
Lucro bruto		<u>22.888</u>	<u>30.337</u>
Receitas (despesas) operacionais			
. Gerais e administrativas		(3.579)	(12.061)
. Financeiras, líquidas		(47.933)	(27.119)
. Variações monetárias, líquidas		(6.660)	(39.062)
. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>5.907</u>	<u>1.883</u>
		(52.265)	(76.359)
Prejuízo do exercício		<u>(29.377)</u>	<u>(46.022)</u>
Número de ações ao final do exercício	18(a)	<u>156.189.063</u>	<u>156.189.063</u>
Prejuízo por ação (em R\$)		<u>(0,19)</u>	<u>(0,29)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



TIMBAÚBA S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva fiscal</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio líquido</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	92.045	2.215	114.856	(127.059)	82.057
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(7.414)	-	(7.414)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(46.022)	(46.022)
<hr/>					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	92.045	2.215	107.442	(173.081)	28.621
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	3.417	3.417
Aumento de capital por AFAC	362.273	-	-	-	362.273
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(4.688)	-	(4.688)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(29.377)	(29.377)
<hr/>					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>454.318</u>	<u>2.215</u>	<u>102.754</u>	<u>(199.041)</u>	<u>360.246</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



TIMBAÚBA S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(29.377)	(46.022)
Ajustes por:		
Juros	47.933	27.119
Variação cambial	6.660	39.062
Depreciação e exaustão	8.504	12.319
Ajuste de avaliação patrimonial	4.688	7.414
Lucro líquido do exercício - ajustado	38.408	39.892
Atividades operacionais		
Variação das contas a receber de clientes, líquidas	(6.309)	(12.085)
Variação dos estoques	(6.538)	(38.599)
Variação dos tributos a recuperar	5.969	(4.031)
Variação dos adiantamentos a fornecedores	(746)	(291)
Variação das operações com empresas ligadas - Ativo e passivo circulantes	(82.868)	10.791
Variação das outras contas a receber	1.449	(516)
Variação dos fornecedores	(698)	8.477
Variação das obrigações sociais e trabalhistas	(1.364)	116
Variação das obrigações fiscais	(14.253)	9.514
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	(66.950)	13.268
Atividades de investimentos		
Aquisição / baixas no imobilizado	(28.540)	(32.105)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(28.540)	(32.105)
Atividades de financiamentos		
Captação / liquidação dos empréstimos e financiamentos - Passivo circulante e não circulante	(265.495)	(5.895)
Aumento de capital social	362.273	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	20.254
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	96.778	14.359
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.288	(4.478)
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	1.868	6.346
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	3.156	1.868
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.288	(4.478)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



. 1 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A **Timbaúba S.A.** possui sede na BR – 122, KM 174, S/Nº, Zona Rural, no Município de Petrolina (PE). Tem como objetivo social a pesquisa, criação, reprodução, beneficiamento de animais aquáticos; a exploração de atividade agropecuária, com destaque para a agricultura irrigada; industrialização de produtos agropecuários e agrícolas; a produção de sucos concentrados e diluídos e de bebidas, podendo realizar a prestação de serviços de consultoria técnica no país e no exterior; comercialização, no mercado nacional e no exterior, atacadista e/ou varejista, dos produtos, próprios ou de terceiros, compreendidos em seu objeto social; importação e exportação de bens e/ou matérias primas, próprias ou de terceiros, que visem o alcance do objeto principal de suas atividades, inclusive para o gozo e utilização de incentivos fiscais; a compra, venda, importação e exportação de papel, celulose e seus derivados, o aluguel e arrendamento de imóveis próprios e a prestação de envasamento e empacotamento.

A Companhia poderá praticar os atos do seu objeto social diretamente ou em convênio, consórcio ou participação com terceiros.

A Companhia poderá, a juízo de seus Diretores, participar como acionista ou sócia do capital de outras empresas.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão pela Administração em 19 de março de 2022.





. 2 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.2. Ativos financeiros

2.2.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.2.2. Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou,
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.





. 3 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos.

2.4. Contas a receber de clientes

Os recebíveis de clientes são demonstrados ao valor realizável e estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos. Na prática, estes valores estão registrados pelo valor de realização.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise individual de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas. Com base em estudo qualitativo sobre os valores a receber de clientes, não foi necessário constituir provisão para cobrir eventuais perdas na realização dos referidos créditos a receber.

2.5. Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e não excede ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

2.6. Tributos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.



. 4 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.7. Imobilizado

O imobilizado estava demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a **Timbaúba S.A.** optou por efetuar uma atribuição de custo (*deemed cost*) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados nas classes de terrenos, construções rurais, instalações, irrigação e drenagem, veículos, máquinas, aparelhos e equipamentos, cultura permanente de uva, cultura permanente de manga, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente diverge do valor justo de realização dos mesmos.

A definição dos custos atribuídos aos terrenos, construções rurais, instalações, irrigação e drenagem, veículos, máquinas, aparelhos e equipamentos, cultura permanente de uva, cultura permanente de manga foram apurados com base em avaliação patrimonial efetuada por empresa terceirizada especializada no assunto.

2.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo.

Na avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.





. 5 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.11. Provisão para contingências

Com base na posição do consultor jurídico da Companhia, não foi necessária a constituição de provisão para passivos contingentes.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões judiciais são constituídas quando há uma obrigação legal ou tácita resultante de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos para liquidá-la e possa ser feita uma estimativa confiável do montante envolvido. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

2.12. Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

O adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) será classificado como instrumento patrimonial se atender as seguintes condições: (i) sua conversão seja irrevogável e irretratável; (ii) o adiantamento esteja em moeda funcional da Companhia, não prevendo indexação; (iii) a quantidade de ações ou quotas no qual o adiantamento será convertido seja pré-estabelecida. Caso estas condições não sejam atendidas no momento inicial, o AFAC será classificado como instrumento de dívida, sendo tratado como passivo exigível.

2.13. Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.



TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.14. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

(a) Vendas de produtos

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(b) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.



. 7 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3. Incentivos fiscais

<u>Tipo de incentivo</u>	<u>Documento de autorização</u>	<u>Data limite do incentivo</u>
PRODEPE - Benefício de crédito presumido do ICMS em valor equivalente a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo devedor do ICMS normal	DECRETO Nº 38.026, de março de 2012. Concede estímulo previsto na Lei nº 11.675, de 11/10/99.	Março/24

4. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, provisão para riscos de créditos e depreciações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas periodicamente.



. 8 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Vida útil dos itens do ativo imobilizado

A Companhia utiliza, para os bens objeto de avaliação patrimonial, as taxas de depreciação calculadas em função do tempo de vida útil remanescente destes bens. Para os demais itens do ativo imobilizado utiliza-se as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente.



. 9 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Vencimento	
	Em até um ano	Acima de um ano
Em 31 de dezembro de 2019		
Fornecedores	16.692	-
Empréstimos e financiamentos	2.160	152.921
	<u>18.852</u>	<u>152.921</u>
Em 31 de dezembro de 2018		
Fornecedores	17.390	-
Empréstimos e financiamentos	368.305	1.095
	<u>385.695</u>	<u>1.095</u>

(b) Risco de crédito

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.



TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

6. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos conforme Balanço Patrimonial		
Outros ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	3.156	1.868
Contas a receber de clientes	90.836	67.503
Operações com empresas ligadas	<u>67.347</u>	<u>31.591</u>
	<u><u>161.339</u></u>	<u><u>100.962</u></u>
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	16.692	17.390
Empréstimos e financiamentos	155.081	369.400
Operações com empresas ligadas	<u>-</u>	<u>5.432</u>
	<u><u>171.773</u></u>	<u><u>392.222</u></u>

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	18	27
Bancos conta movimento	<u>3.138</u>	<u>1.841</u>
	<u><u>3.156</u></u>	<u><u>1.868</u></u>

8. Contas a receber de clientes

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Clientes - mercado externo (i)	59.755	42.065
Clientes - mercado interno (ii)	<u>31.081</u>	<u>25.438</u>
	<u><u>90.836</u></u>	<u><u>67.503</u></u>

i. Valor a receber da coligada Potiporã Fruits BV, sobre o qual a administração da Companhia não espera perdas. Este valor corresponde a, aproximadamente, 65% do saldo das “contas a receber de clientes” em 31 de dezembro de 2019.

ii. O valor foi substancialmente recebido até o dia 31 de março de 2021.



. 11 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

9. Estoques

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Almoxarifado	9.326	8.411
Estoque em formação	30.122	29.892
Estoque de produtos acabados	<u>27.065</u>	<u>21.672</u>
	<u><u>66.513</u></u>	<u><u>59.975</u></u>

10. Tributos a recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRPJ base negativa	32.656	32.656
IPI a recuperar	-	16
PIS e COFINS a recuperar	992	4.024
IRRF a recuperar	-	45
ISS a recuperar	-	297
ICMS recuperar	<u>814</u>	<u>3.393</u>
	<u><u>34.462</u></u>	<u><u>40.431</u></u>

11. Operações com pessoas ligadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	
	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>
Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré	28.523	31.591	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	38.824	-	-
Construtora Queiroz Galvão S/A	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.432</u>
	<u><u>67.347</u></u>	<u><u>31.591</u></u>	<u><u>5.432</u></u>

A classificação dos saldos exprime a expectativa da Administração na liquidação dos montantes envolvidos.



. 12 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

12. Imobilizado

	Terrenos	Construções civis	Instalações	Irrigação e drenagem	Móveis e utensílios	Adiantamentos para inversões fixas	Máquinas e equipamentos	Veículos	Cultura permanente	Outros ativos	Total
Taxas de depreciação / amortização (% a.a.)	-	4%	10%	15%	10%	10%	10%	20%	10%	20%	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	24.204	15.427	498	3.778	668	106.762	18.034	728	106.753	5	276.857
Adições	-	-	-	-	17	15.705	1.338	3	214	-	17.277
Depreciação	-	(460)	(31)	(503)	(26)	(1.282)	(3.270)	(96)	(6.651)	-	(12.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	24.204	14.967	467	3.275	659	121.185	16.102	635	100.316	5	281.815
Adições	-	-	-	-	2	-	1.085	1	18.067	9	19.164
Depreciação	-	(269)	(16)	(308)	(16)	(1.606)	(1.966)	(46)	(4.277)	-	(8.504)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>24.204</u>	<u>14.698</u>	<u>451</u>	<u>2.967</u>	<u>645</u>	<u>119.579</u>	<u>15.221</u>	<u>590</u>	<u>114.106</u>	<u>14</u>	<u>292.475</u>



. 13 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

13. Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 referem-se a valores em aberto junto a diversos fornecedores no país.

14. Empréstimos e financiamentos

Tipo	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES (a)	773	166	404	1.095
ACC / PPE (b)	1.387	152.755	292.691	-
CCB (c)	-	-	75.210	-
	<u>2.160</u>	<u>152.921</u>	<u>368.305</u>	<u>1.095</u>

(a) Financiamento com juros de 2,5% a 12,7 % ao ano, com o vencimento até de outubro de 2023.

(b) São atualizados com base na variação cambial do dólar americano, mais juros que variam de 2,60% a 5,35% a.a. As operações foram contratadas junto a bancos nacionais de primeira linha.

(c) Financiamento com juros que variam entre 100% a 106% do CDI, com vencimento até janeiro de 2019.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2019	2018
Salários a pagar	1.226	1.560
INSS a recolher	165	326
FGTS a recolher	186	175
Provisão para férias e encargos	2.196	3.025
Outras obrigações sociais e trabalhistas	-	51
	<u>3.773</u>	<u>5.137</u>



. 14 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

16. Obrigações fiscais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS a recolher	421	1.354
COFINS a recolher	2.356	6.237
ICMS a recolher	651	6.247
IOF a recolher	-	3.423
INSS a recolher	-	416
PIS / COFINS / CSLL a recolher	125	125
Outras obrigações fiscais	31	35
	<u>3.584</u>	<u>17.837</u>

17. Adiantamentos de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes diversos para entrega futura de produtos.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$92.045, representado por 156.189.063 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e oitenta e nove mil e sessenta e três) ações ordinárias, sem valor nominal, subscritos e totalmente integralizados.

Durante o exercício de 2019, houve integralização de capital social em moeda corrente nacional, no montante de R\$362.273, sem a emissão de novas ações.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2019, o capital social integralizado é de R\$454.318, representado por 156.189.063 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e oitenta e nove mil e sessenta e três) (mesma quantidade em 2018) ações ordinárias, sem valor nominal, subscritos e totalmente integralizados.

(b) Política de distribuição de lucros

Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por sócios que representem a maioria do Capital Social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem.





. 15 .

TIMBAÚBA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

19. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia possui cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, a fim de cobrir eventuais perdas com sinistros.

A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

* * *